

Refletir e educar: a natureza não é recurso

Reflect and educate: nature is not a resource

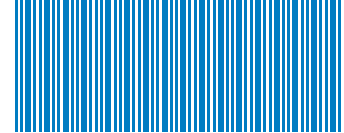
Alvair Silveira Torres Junior é Professor Doutor na área de Operações e Logística da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA-USP), nos Cursos de Graduação e Pós-Graduação em Administração. Pesquisador e Líder do Grupo de Pesquisa NUPEXO, Coordenador de Projetos da Fundação Instituto de Administração (FIA) e do Grupo de Trabalho “Observatório das Metamorfoses do Capital e os Processos de Inovação” do IEA-USP.

Contato: alvair@usp.br

Resumo

O artigo argumenta sobre a necessidade de revisar nossa linguagem a respeito do uso de signos carregados do peso histórico e do sentido instrumental de dominação e controle sobre a Natureza e o Ser Humano. O autor utiliza o caso da palavra “recurso” como uma chave para a compreensão de como se constroem imaginários e se conduzem ações profissionais de exploração e degradação a partir de expressões como “recursos naturais” e “recursos humanos”, utilizadas tecnicamente, e, ao final, propõe sua substituição por um novo significante, cujo significado se alinha com o sentido de protagonismo, de acordo, de agente ou de agência, mais favorável ao novo imaginário no trato da Natureza e do Humano.

Palavras-chave: Natureza. Meio ambiente. Controle. Recurso.



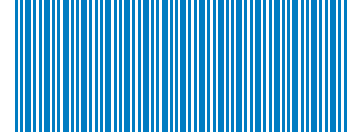
Abstract

The paper argues the need to review the use of language regarding symbols loaded with a historical weight and with an instrumental sense of domination and control over Nature and over the Human Being. The author uses the case of the word “resource” as a key to understanding how imaginaries are constructed and professional actions of exploitation and degradation are carried out based on expressions as “natural resources” and “human resources” used technically. In the end, the paper proposes the replacement of this word by a new one, whose meaning aligns with the sense of protagonism, agreement, agent or agency - more favorable to the new imaginary in dealing with Nature and Humanity.

Keywords: nature, environment, control, resources

A mudança de sentido das palavras é um fenômeno social que une a Linguística com a Sociologia e provoca impactos nas tendências que animam as pessoas a trilhar suas vidas. O trabalho de Antoine Meillet (2016), no início do século XXI, foi um dos pioneiros em demonstrar o fenômeno da mudança de sentido das palavras, utilizando-se de exemplos da época nas línguas europeias. Nesse processo, ora ocorre de o objeto associado não ser mais representado pelo significante, ora as percepções evocadas passam a ser outras e necessitam de outro signo, outra representação no léxico. De forma geral, o que os estudos linguísticos da escola francesa apontam é o fato de que língua e mudança social caminham juntas e apresentam mútuas trocas e impactos com a evolução das culturas.

Essa constatação da Ciência Social apresenta direto interesse para a educação e conscientização da população no que diz respeito às mudanças sociais e econômicas pelas quais o mundo atravessa neste início do século XXI. O presente artigo apresenta o ponto de vista da urgência em promover revisão na utilização de signos utilizados em nossa linguagem com valor unicamente instrumental sobre a Natureza e Humanos, usando na argumentação aqui exposta o caso específico da utilização da palavra “recurso”. Propõe substituir seu uso habitual associado à Natureza e Humanidade, formalmente ensinado, enquanto



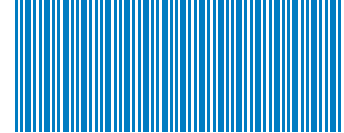
vocábulo com sentido de domínio e controle. Na sequência, argumenta os motivos para propor novo significante substituto, que apresente significado na direção de protagonismo, de acordo, de agente ou de agência, mais adequado às novas compreensões das relações humano-natureza.

A palavra “recurso” é utilizada na esfera social com uma gama polissêmica, significando desde uma aptidão pessoal até um procedimento jurídico; porém, é na esfera profissional de técnicas ligadas às atividades econômicas que ela ganha um sentido cuja percepção anima os decisores de organizações para seu emprego instrumental. Recurso ganha nesse ambiente o sentido hegemônico de ser um meio que se pode dispor para atingir determinado fim. Esse sentido justaposto à Natureza e à Humanidade, os chamados recursos naturais e recursos humanos, gera a criação de imaginário de que Natureza e Pessoas são recursos à disposição sem considerar as necessidades desses entes, porque eles são meios em disponibilidade, e não considerados entidades com dinâmicas ou fins próprios a serem alinhados com meus objetivos.

Esse sentido clássico de meios à disposição para atingir fins particulares é o sentido utilizado no ensino e na prática de Administração, Economia, Engenharia e demais áreas técnicas, para uma sociedade em que não cabe mais a acepção recursal de controle, apenas para uso com critério exclusivo de objetivo pessoal ou de um grupo. Em que pesem os esforços de ensino e conscientização de outros sentidos, tais como uso sustentável dos recursos, uso consciente, uso socialmente responsável, uso inclusivo e outros, o fato é que eles aparecem como adjetivações, sem mudar o núcleo do pensamento que irá animar uma ação prática. Assim, de forma implícita e objetiva, ainda não superam a barreira de pensamento sobre uma visão instrumental da Natureza e do Humano, fato que não cabe mais para a verdadeira emergência de uma nova economia. Elas ainda carregam um sentido fáustico que precisamos superar.

Introdução – a linguagem de aspiração faustiana

Fausto, na versão de Goethe (1986), personagem lendário cujo acordo sobrenatural com Mefistófeles visa alcançar o prazer supremo do conhecimento profundo e verdadeiro, redime-se ao



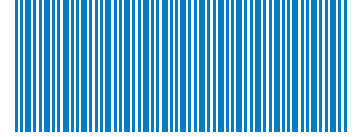
final da narrativa, quando, lúcido, encontra a consciência de que a sabedoria está na geração do conhecimento e sua utilização mediante o bem supremo da liberdade e da promoção do humano.

Sim! Da razão, isto é a suprema luz,
A esse sentido, enfim, me entrego ardente:
À liberdade e à vida só faz jus,
Quem tem de conquistá-las diariamente
E assim, passam em luta e em destemor,
Criança, adulto, e ancião, seus anos de labor.
Quisera eu ver tal povoamento novo,
E em solo livre ver-me em meio a um livre povo
(GOETHE, 1987, p. 436)

Embora o propósito seja agora redentor, distinto daquele do início da relação de Fausto com Mefistófeles, estando agora livre de aspectos individualistas, egoístas e maléficos, Goethe retrata a aspiração e redenção faustiana de uma forma extremamente centrada no humano, deixando de lado a Natureza. Sua construção filosófica está em acordo com o ambiente do século XVIII, refletindo o foco central do período histórico das Luzes sobre o potencial da realização humana, no qual a Natureza surge como recurso de emancipação livre e soberana dos homens, com o povo ocupando e trabalhando os espaços naturais. Os versos imediatamente anteriores à citação evidenciam essa perspectiva do iluminismo europeu da época:

Do pé da serra forma um brejo o marco,
Toda a área conquistada infecta; drenar o apodrecido charco,
Seria isso a obra máxima, completa.
Espaço abro a milhões – lá a massa humana viva,
Se não segura, ao menos livre e ativa.
Fértil o campo, verde; homens, rebanhos,
Povoando, prósperos, os sítios ganhos,
Sob a colina que os sombreia e ampara,
Que a multidão, ativa-intrépida amontoara.
Paradísíaco agro, ao centro e ao pé;
Lá fora brame, então, até à beira a maré.
E, se para invadi-la à força, lambe a terra,
Comum esforço acode e a brecha aberta cerra.
(GOETHE, 1987, p. 435)

A relevância em recuperar essas passagens do Fausto de Goethe está na importância dessa obra clássica ocidental traduzida em vários idiomas, representada em teatro, ópera, aludida em



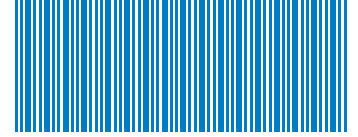
pinturas, esculturas, enfim, no seu impacto sobre as artes e o imaginário de criadores e artistas e cientistas até os dias de hoje. Composto com outras formas de construção do imaginário ocidental, ela representa o conceito de que a natureza é um recurso natural, um fator de produção, algo a ser ocupado e utilizado para o bem-estar humano. Está ao nosso dispor para ser conquistada.

Embora não haja em Goethe e outros autores da época o sentido explícito de que essa utilização seja feita de forma predatória, também não há indicação de que se deva ter algum cuidado nessa exploração, ou alguma parcimônia, ou outras considerações de preservação da Natureza.

E assim seguiu o pensamento humanista ocidental por séculos, sedimentando no Ensino da Ciência e da Técnica a questão chave e hegemônica da Natureza como Recurso.

Embora haja um conjunto significativo de trabalhos acadêmicos e sofisticados que critiquem a instrumentalização predatória da Natureza, incluindo aí os humanos, a constatação empírica é que a prática organizacional ainda se pauta na rotina por um senso prático de que os recursos naturais e humanos são elementos à disposição das organizações para seus objetivos e intenções. Na ambiência organizacional ainda impera uma visão funcionalista influenciada por uma sociologia de Parsons (1952) desde a década de 1950, que coincide com o grande crescimento de corporações da economia industrial existentes até os nossos dias.

Muito embora haja avanços, como a teoria e prática da Governança Corporativa e Políticas ESG (Environmental, Social and Governance), nas quais as partes interessadas na Organização (FREEMAN et al., 2010) passam a ser consideradas com a previsão de os diversos públicos serem tratados com equidade em suas necessidades (IBGC, 2024), o fato é que tais valores modernizantes e críticos convivem com negócios cuja centralidade está na objetivação dos recursos necessários para a operação. Os recursos se apresentam como elementos necessários para empreender uma transformação de materiais e/ou informações em produtos, bens ou serviços, e cada um deles tem uma função instrumental. Mesmo que se considere que essa função é transitória enquanto se emprega o elemento, natural e humano, o fato é que essa utilização transitória se dá por longo período, durante toda a duração do empreendimento ou enquanto perdurar aquela tecnologia. A espera por uma transição energética, econômica

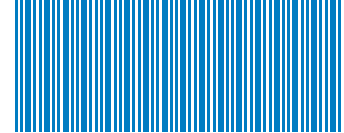


e social é o que acalma a dissonância cognitiva; entretanto, Marques, em um levantamento exaustivo de dados e fatos, demonstra que essa transição ainda engatinha, incluindo algumas regressões socioambientais nesta década com relação ao aumento da pobreza e crescimento de investimentos em combustíveis fósseis (MARQUES, 2023).

Acelerar essa transição de fato é fundamental, e do lado dos conceitos que sustentam práticas, a ideia de recurso precisa de uma alteração significativa, de uma substituição como a que proponho, para que os manuais não caiam na ambiguidade de que natureza não seja de fato um recurso de livre extração, como advogam as análises corporativas mais sofisticadas, mas que, na prática, está como um recurso sendo extraído predatoriamente com algumas mitigações. Propomos elevar a centralidade do signo, substituindo recurso por Agência e Agentes, retirando a subordinação que recursos carrega, ainda que mitigada por teorias de governança e sustentabilidade corporativa.

Não é estranha essa relativa dissonância entre teorias organizacionais mais avançadas e a prática, ainda que ela não seja absoluta em alguns poucos negócios usados como exemplos de organizações sustentáveis. A cultura ocidental é permeada dessa noção hegemônica do humano sobre a Natureza de forma explícita ou implícita em seus rituais, símbolos e artefatos. Não há comunhão, há estímulo à separação, ao usufruto, caminhando para a exploração predatória perpetrada no capitalismo, como fenômeno social que se desgarrar de qualquer controle sobre os limites de utilização da Natureza, na medida em que o humano se declara livre para fazê-lo, distorcendo o sentido da liberdade e realizando leituras e interpretações particulares de passagens bíblicas, dando sentido religioso à ação de exploração do homem sobre o Mundo.

A noção de cultura em que pensamento e ação se entrelaçam mediados por linguagem, símbolos e ritos, ela própria traz em si uma mudança de sentido ensejada pelo processo social e impactada pelo projeto fáustico de controle sobre a Natureza. Originalmente cultura foi, e ainda é, empregada para designar a ação e processos de lavrar e cultivar a terra desenvolvendo uma plantação ou criação (EAGLETON, 2011, p. 45). Esse processo incorre na aceção de que a cultura é um processo de controle do natural, dos instintos, quando o nômade que da Natureza usufrui em seu flunar natural passa agora a estabelecer uma vida social organizada sob aspectos sedentários, de controle e utilização do



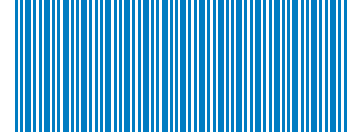
lugar. A cultura de controle da terra passa para uma cultura de controle do humano, evolui para cultura das cidades, da sua forma de ocupação construindo espaços em que se instituem artefatos, ritos e símbolos vistos na evolução técnica da forma de ocupação. A geografia dos espaços é também uma geografia das ações humanas e seus objetos no território (SANTOS, 2008), e ao analisá-las encontramos como elas se dão de forma predatória na medida de sua cultura técnica a partir dos conceitos ensinados para o controle e utilização de recursos naturais e humanos. Basta olhar a ocupação de uma cidade como São Paulo e a ocupação de uma pequena vila rural ou de uma aldeia. Embora ambas possam ter em comum sob o ponto de vista europeu-ocidental o aspecto de controle sobre a terra, os segundos o fazem com grau significativo de escuta à Natureza, respeitando-a e considerando que algumas ações devam ser evitadas porque são ofensivas e, na leitura que aqui faço, se revestiriam de violência ao Ser.

Contra todas as formas de violência – linguagem de sentido não violento

A História, em busca de uma civilização menos predatória entre seus semelhantes, tem nas Ciências e nas Artes as instituições com mais tentativas de estabelecer a relevância e amplitude do humano. Embora em sua história tenham se dado abordagens com desvios segregacionistas e parciais, defendendo a hegemonia do Humano sobre o Natural, ou querendo definir até cientificamente alguns mais humanos do que outros, arrisco afirmar que, se não fosse o verdadeiro pensamento científico e artístico com seus permanentes questionamentos sobre os dogmas de cada época, ainda estaríamos com dificuldades em condenar a violência, como meio ilegítimo dos cidadãos resolverem seus conflitos.

O contemporâneo evidentemente ainda não está livre da violência física. No pior dos exemplos atuais, Estados que a deveriam combater, praticam-na contra seus próprios cidadãos, contra o meio ambiente e contra outros Estados na justificativa de combater um mal maior. Trata-se de ter consciência de uma eterna luta pela vigilância e busca civilizatória para assegurar às instituições os princípios da paz e respeito mútuo dos direitos de todo ser Humano e do Meio Ambiente.

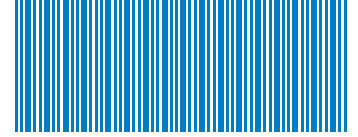
Defendo que nem as formas de democracia asseguram esse avanço e muito menos impedem o retrocesso. A vigilância pela



democracia já se tornou o *leitmotiv* de várias publicações citando Donald Trump e Jair Bolsonaro como exemplos recentes de retrocessos que foram revertidos. Embora haja concordância entre os democratas quanto ao acerto desta recente mobilização contra a volta da tirania (SNYDER, 2019), o que quero chamar atenção é para o fato de a democracia ser uma manifestação natural e direta a partir do alcance e promoção dos direitos humanos, devendo incluir os Direitos da Natureza e o Pacifismo, ambos como princípios gerais de governança das instituições a ser perseguido. Esse é o verdadeiro alvo, é a causa. A democracia, o efeito. Creio ser equivocada a mobilização que busca o efeito e não o elemento gerador: a violência do humano sobre a Natureza incluindo a Humanidade como parte dela.

Pautar a vigilância sobre todas as formas de violência com a observação crítica ampliada permitiria identificar com mais clareza outras naturezas de violência que estão ocorrendo, incluindo aquelas que são gestadas a partir do ensino de conceitos que mantêm o aspecto fáustico de controle de certos grupos sobre determinadas riquezas. É preciso renovar os caminhos do ensino com a incorporação do cuidado na linguagem técnica, visando levar e manter a condição humana digna e pacífica a todos. Não devemos descuidar e baixar a guarda quando ouvimos alguns arautos do fim da história ou da certeza de prosperidade com novas tecnologias. Pinker (2019), para exemplificarmos com alguém que se reveste da condição de reconhecido cientista, no livro *O Novo Iluminismo*, afirma com base em uma série de estatísticas que a humanidade avançou para uma civilização com muito menos violência e a partir dela traça novas conquistas. Seu erro é privilegiar a violência física.

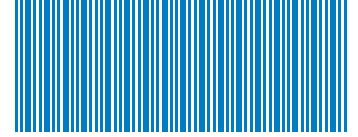
Hoje, além de mantermos um grau relevante de violência física nas sociedades, embora muito menor do que nos séculos passados, há o advento de uma violência psicológica de grande diversidade e impacto. O humano é alvo de violência psicológica em redes sociais, tanto dos contrários quanto da sua confraria, em empresas com a cultura do produtivismo, na ideologia da felicidade e da busca por ser melhor, chegando até a infância diante de pais cada vez mais ansiosos. O humano se ressentido dessa permanente pressão de todos os lados, a ponto de sentir-se mal com sua individualidade e, sem saber o porquê, mergulha ainda mais em se distinguir dos outros humanos, na busca de uma identidade, acreditando ser esse o caminho do bem-estar.



A sociedade se fragmenta, e sem um projeto de unidade pelo respeito à natureza humana que diz respeito a todos não damos conta de outra violência ao humano, a violência à natureza, que consome nosso meio ambiente de subsistência e convívio. Interesses individuais e de grupos, somados aos ressentimentos guardados do passado, impedem o entendimento de que a economia predatória, violenta contra a natureza e por consequência ao humano, deve dar espaço à economia verde com preservação da saúde planetária.

Os caminhos do humano estão com muitos guias, levando-nos ao labirinto, perdendo tempo e acirrando conflitos. É preciso um pensamento de norte verdadeiro, aquele que considere fazer o caminho por meio do debate das evidências da Ciência, não de um grupo ou cientista particular, por meio da busca, em primeiro lugar, do respeito mútuo entre iguais, de luta sem revanchismo e ressentimentos contra todas as formas de violência humana: física, psicológica e ambiental.

A escolha de sentidos na linguagem tem seu papel nesta trilha não violenta e de preservação da relação saudável natureza-humanidade. Assim como se busca a disseminação da comunicação não violenta no Ensino Básico e entre os jovens do Ensino Médio, em comunidades e associações, as palavras também precisam ser trabalhadas em seus sentidos que animam ações. Ainda que muitas delas não representem de imediato, na produção do diálogo, aspectos de violência primária, seu sentido pode estar vinculado com ações que estruturalmente resultarão em algum grau de violência, mesmo que de forma ambígua. Volto à palavra “recurso”, objeto da minha argumentação para exemplificar do que trato como grau de violência implícita no sentido que produz. Ela pode variar de um grau maior quando “recurso” é utilizado e provoca sentido de domínio e exploração, até um emprego mais brando quando “recurso” significa algo a ser buscado para termos à disposição como meio. Representam graus de violência porque não levam em conta em sua definição, no sentido original em que são empregadas, a necessidade daquele ou daquilo que se diz ser recurso, tampouco a capacidade de criação deste outro, violentando seu organismo constituinte. Assim, a Natureza, e por consequência o Humano que dela faz e sempre fez parte, é violentada quando a tratamos e ensinamos como recurso, principalmente em profissões que justamente exercerão em seu papel social decisões a respeito das relações humanas e humano-natureza, para as quais muitos socorrem visando remendar com adjetivos de sustentabilidade. Assim como a democracia mais



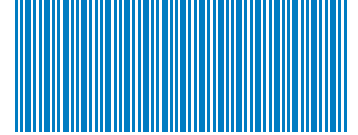
plena é efeito de uma sociedade em que todos são agentes, o ponto de vista da minha argumentação é a proposição de levar essa agência para a linguagem, atingindo a linguagem técnica, selecionando os conceitos que carregam premissas de domínio e controle e criam essa externalidade negativa nas consciências de profissionais.

Proposta - Natureza e Humanidade como agência

Na primeira parte da minha argumentação resgatei a chamada aspiração faustiana representada pelo mito de Fausto na versão de Goethe, uma das expressões culturais mais significativas da cultura europeia, para retratar as inquietações da civilização na época da ascensão do Iluminismo, em busca do conhecimento e da técnica. As aspirações de domínio e controle sobre a Natureza evoluíram para além das consequências positivas do progresso técnico e alcançaram seus limites, provocando efeitos destrutivos e degradantes sobre a Natureza e os seres humanos à margem de proteções dadas pelos recursos financeiros. Estes, sim, verdadeiros recursos, porque deveriam ser meios para o fim de bem-estar de todo Planeta.

Na sequência passei a ressaltar o aspecto formador das palavras na linguagem técnica, escolhendo a palavra “recurso” como uma chave para a compreensão de como se constroem imaginários e se conduzem ações (BURKE, 1966; TORRES JR, 2000) a partir do sentido que algumas palavras estimulam o fazer profissional, e que precisam ser resgatadas para repensarmos a centralidade delas no planejamento e prática do ensino e do fazer.

Ao meu ver, no ensino superior a questão se reveste de maior gravidade porque embora haja esforços concentrados desde o ensino básico para incluir a diversidade, a inclusão e o respeito ao meio ambiente no discurso de formação, é no ensino superior de âmbito técnico, aplicado e instrumental, que se dá a efetiva preparação de profissionais que ocuparão postos e papéis valorizados pelo mercado, em que o meio de ganhar a vida justificará o abandono, mesmo que parcial, dos novos conceitos produzidos com a discussão da sustentabilidade, sendo subjugados pelos conceitos anteriores, faustianos, ainda ganhando força os conceitos de “recursos”, “fatores de produção” para direcionar ações sobre a Natureza. No ensino de Economia, Administração, Engenharia, Agronomia e demais especialidades técnicas, é



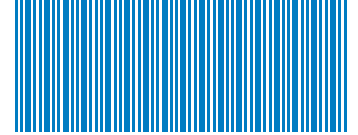
essa situação que ainda prepondera, formando pessoas que efetivamente irão ocupar cargos de decisão nas organizações privadas e públicas.

“Natureza não é Recurso.” Essa é a frase que escolho para ilustrar meu ponto de vista e os argumentos aqui explanados. É preciso aprofundar este debate da linguagem técnica e seus sentidos implícitos, rever livros técnicos e didáticos, e buscar construir um outro sentido para nossa relação com a Natureza. Natureza não é recurso, é protagonista. Natureza é agência, é agente.

No ensino de Administração ou Gestão de Empresas, o conceito de agência já é utilizado e ensinado naquilo que se conhece como Teoria da Agência e vem sendo utilizado em estudos e práticas de Governança Corporativa (EISENHARDT, 1989, p. 58). A Teoria da Agência parte do fato de que o crescimento das organizações exige o estabelecimento de divisões entre proprietários do capital e agentes que tomam e controlam decisões a favor dos proprietários, de tal forma que os contratos passam a reger tais relações em que, de um lado, está o principal, o proprietário, e, do outro, o agente, contratado para realizar certa atividade em favor do proprietário, tendo para isso o agente recebido certa autonomia para tomar decisões.

Essa teoria permitiu a aplicação prática em sistemas de governança, com o propósito de a autonomia dada aos agentes não se afastar dos objetivos dos acionistas. Seu pressuposto, portanto, ainda é de uma visão utilitária e de controle (FREZATTI et alii, 2009), porque ainda vê na necessidade de dar autonomia e protagonismo ao agente um risco latente aos objetivos do acionista. Por outro lado, reconhece que o outro tem capacidade de decisão e que precisa operar como protagonista para que o negócio tenha êxito. O Agente é aquele que produz efeito, e gerir algo como um agente é diferente de gerir algo como recurso. O primeiro conceito produz sentido de um acordo em certas bases, o segundo de dominação.

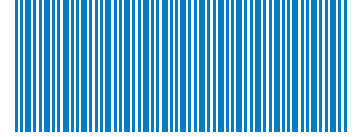
O que queremos ressaltar aqui é a base conceitual de que Agência e Agentes carregam o sentido de protagonismo, mesmo que consideremos esse protagonismo não absoluto ao indivíduo, mas relativo ao contexto social; ainda assim, trata-se de um avanço sobre a perspectiva totalmente instrumental que a palavra recurso construiu ao longo da humanidade. O relativismo do protagonismo de Humanos é posto pela Psicologia Social quando



discute as influências que outras pessoas exercem nas opiniões e comportamentos dos indivíduos. A chamada influência social (ARONSON, 1986) promove respostas dos indivíduos às diversas situações da vida, observadas em experimentos e na casuística da Psicologia, demonstrando a relativização dos comportamentos. Mecanismos como complacência, identificação e interioridade fazem parte da natureza do humano que vive em sociedade e nela exerce sua agência mesmo que aos olhos de uma perspectiva kantiana não seja a liberdade da razão pura. Partimos de uma abordagem empirista em que Hume nos faz refletir acerca da ilusão no entendimento humano sobre quando nada existe sem uma causa definida e assim denominamos de “acaso”; ele compara com o mesmo mecanismo por trás do conceito de liberdade ao seguir as determinações da vontade: “...a liberdade, oposta à necessidade e não à restrição, é a mesma coisa que o acaso e a respeito do qual toda a gente está de acordo que não existe”. (HUME, 1996, p. 101)

Segundo Hume, nossas limitações em conhecer as causas nos fazem empregar termos que nos esforçamos a definir, tais como autonomia, liberdade e vontade, o mesmo ocorrendo com a Natureza quando, por exemplo, denominamos os instintos dos animais. O fato, entretanto, prosseguimos com Hume, é que “embora os animais extraiam da observação grande parte de seus conhecimentos, há também outras partes decorrentes do poder original da natureza, superando em muito a porção de capacidade que têm em ocasiões ordinárias e que eles aperfeiçoam, pouco ou nada, mediante prática e experiência” (HUME, 1996, p. 109). E prossegue, o filósofo, aproximando essa capacidade mais geral da Natureza de nós humanos, sem querer igualar, mas concordando com algo comum com os animais: “Embora o instinto seja diferente, é sem dúvida um instinto que ensina o homem a evitar o fogo; do mesmo modo que ensina a um pássaro, com todo rigor, a arte da incubação e toda a organização e ordem de seus cuidados educativos.”(HUME, 1996, p. 109)

A proximidade que Hume aponta nos mecanismos da Natureza e do Humano, mais nos une do que nos separa, embora nos diga um pouco sobre o olhar antropocêntrico que historicamente imperava e fazia do comportamento do homem algo superior ao dos animais (PIMENTA, 2018, pp. 45-49). Tomando o “homem como medida de todas as coisas” desde a época dos sofistas gregos (KERFERD, 2003), essa frase atribuída a Protágoras, embora tenha sido criticada por Platão, a própria crítica se funda no que seria uma capacidade superior dos homens de raciocinar e produzir

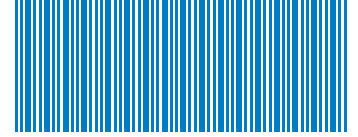


ideias; portanto, frase e crítica são da ordem de uma perspectiva antropocêntrica.

Essa incompletude do processo de conhecimento presente nos conceitos que o humano elabora a partir da imaginação e tão bem discutida por Hume também está presente na obra de Kant, seu sucessor e crítico, quando avança na distinção entre os mecanismos do conhecimento empírico e da razão. De um lado o entendimento humano que compreende os fenômenos mecanicamente, de outro, a razão pura, *a priori*, com seu poder transcendental que pensa os nexos visando uma totalidade segundo determinados fins (KANT, 1996). Uma organicidade e totalidade da Natureza também emerge em Kant, embora com distinções das suas causas mecânicas e causas finais. Hume simplifica apresentando a imaginação empírica como única via de articulação da totalidade, ou, como alude Pimenta, da Trama da Natureza (PIMENTA, 2018).

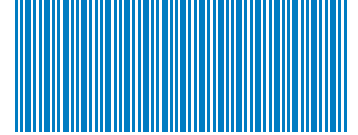
A partir desta discussão o que se pretende é o entendimento de agência como a perspectiva de considerar o agente natural e humano primeiro com seu curso natural de ação, mecanismos e interações, dentro das circunstâncias da Natureza como totalidade, cuja existência observamos e entendemos a partir dos estudos ecológicos. Que o homem como parte desta Natureza, quando se lança como agente nas relações instrumentais com outros agentes homens e naturais, considere a obrigação de levar em conta o respeito às relações ecológicas do curso intrínseco das coisas naturais. Que homens, plantas e animais tenham seus direitos observados a partir dos dispositivos biológicos dos quais são dotados para viver em relação.

A questão ecológica é complexa, nos remete ao estudo das relações entre humanos e os ecossistemas, considerando os diversos elementos e fatores constituintes de ambos. Atribuiu-se ao cientista alemão Ernst Haeckel o pioneirismo dessa abordagem em 1869 (ODUM & BARRETT, 2007), sendo sucedido por diversos outros autores até os tempos atuais, em que o pensamento ecológico evoluiu considerando também os aspectos éticos e políticos. Guattari, por exemplo, em finais dos anos 1990 cunha a expressão ecosofia, uma filosofia ecológica, em que à tradicional ecologia ambiental o autor soma as ecologias mental e social, de forma a chamar atenção para o fato de um ambiente equilibrado exigir não somente o aspecto biológico, mas também os hábitos, formas de pensamento e comportamentos da sociedade (GUATTARI, 1990). Assim, a linguagem utilizada,



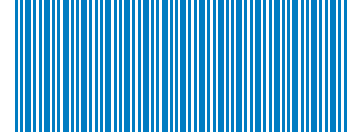
reforçando nosso argumento, tem seu papel ecológico. É o que em nossa contemporaneidade verificamos em filosofias que passam a argumentar com uma linguagem mais inclusiva dos não humanos. Na defesa dos direitos de animais, Peter Singer se destaca ao discutir que entre animais humanos e não humanos o sofrimento entre seus indivíduos é um sentimento comum, e que uma ética verdadeira deve considerar os interesses dos seres afetados e não apenas da espécie humana (SINGER, 2013). O interesse estaria vinculado a essa capacidade de consciência do sofrimento ou sensibilidade. Nesse sentido a condição dos seres vegetais ainda estaria em um segundo plano em relação aos animais humanos e não humanos, embora isso possa ser, por ora, uma evidência no que diz respeito à consciência como a conhecemos. Entretanto, no que diz respeito ao aspecto empírico e sensível que buscamos na filosofia de Hume e os estudos científicos da ecologia, a questão prática é que a Natureza nas relações entre mundo vegetal e animal desempenha ações de uma complexidade adaptativa que ainda não é compreendida totalmente. É como se houvesse a emergência de um “comportamento” com base em uma percepção de interesse próprio ao sistema. Mancuso (2019), por exemplo, trilha estudos no que se convencionou chamar de neurobiologia vegetal, descrevendo a arquitetura colaborativa e adaptativa entre diversas espécies vegetais. O autor não hesita em afirmar que as plantas são dotadas de um tipo de inteligência que lhes permite ter memória e aprender, valendo-se da teoria da evolução para justificar que “a inteligência é inerente à vida, seja ela cerebral ou não”, tendo sido “o cérebro um acidente que evoluiu apenas em um pequeno número de seres vivos”. A leitura de Mancuso é uma perspectiva que, além de evolutiva, parte de uma concepção de sistemas complexos na vida.

Os sistemas complexos, por sinal, já apresentam desde os estudos nos anos 1990 diversos fenômenos naturais como dotados de três elementos comuns à complexidade: capacidade de autoorganização descentralizada, formando a impressão de comportamento coletivo; apresentam mecanismos de adaptação para manter a sobrevivência; e, por fim, produzem e usam informações que são processadas internamente a partir de sinais dos ambientes interno ou externo (MITCHELL, 2009). É o que vemos nas mudanças climáticas e as respostas naturais que ainda não compreendemos enquanto mantemos toda uma política e economia baseadas na exploração do conceito de recursos naturais.



Um conjunto de serviços ecossistêmicos prestados pela Natureza no que diz respeito à regulação do clima, manutenção da biodiversidade, bioeconomia, contenção de pragas, produção de água e até redução do estresse mental já é considerado pela Economia Ecológica em modelos para monetizar tais benefícios para a humanidade. Tais estudos tomaram força a partir do modelo DICE (Dynamic Integrated Climate-Economy), desenvolvido por Nordhaus nos anos 1990, com o cálculo sobre os benefícios econômicos a partir da proteção ambiental (NORDHAUS, 1993), relativizando o uso do conceito de recursos, não mais visto como meramente extração, mas também de preservação. Apesar de ser um avanço conceitual no processo de reduzir a escalada predatória, ainda assim é limitado no seu alcance ao colocar em primeiro lugar o interesse humano mediado pelo Capital, em vez da igualdade entre os agentes que permitiria repensar modelos de produção a partir do deslocamento para o conceito de Agência e Agentes, no sentido de entender e respeitar em primeiro lugar o curso intrínseco dos agentes naturais.

Há como uma gestação na reforma das considerações técnicas sobre a utilização de recursos, mas ela não atinge uma mudança conceitual de base, estruturante sobre outros aspectos da vida e do agir humano sobre a natureza. Nesse sentido, os saberes de povos ancestrais são uma fonte atual e adicional que permite aprofundar a reflexão sobre o uso da linguagem na compreensão e suporte à mudança de mentalidade. Viveiros de Castro propõe o conceito de *perspectivismo ameríndio* para reconfigurar um complexo de ideias e práticas que não eram devidamente entendidas nos estudos antropológicos (VIVEIROS DE CASTRO, 2018). Surge o pensamento ameríndio sobre o pertencimento do homem à Natureza, pensamento visto agora como parceiro das filosofias contemporâneas preocupadas com o antropocentrismo. Numa nova episteme, o que Lévi-Strauss via como aliança matrimonial entre os indígenas (LÉVI-STRAUSS, 1996) Viveiros de Castro vê como afinidade virtual. Aquilo que vemos na utilização da Natureza submetida ao nosso controle como recurso não aparece dessa forma na perspectiva ameríndia, que não entende essa perspectiva de dominação. Na prática essa nova perspectiva que nos inspira para uma Nova Teoria da Agência é aquela que Neves (2022) demonstra em seus estudos arqueológicos sobre como a Amazônia em suas diversas regiões foi transformada na interação entre os povos originários e o ecossistema. Note-se bem: transformada, não destruída. Neves e outros arqueólogos descobriram diversos sítios em que a terra amazônica é

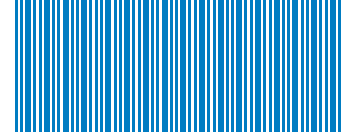


extremamente produtiva para plantios diversos graças à chamada Terra Preta, cujas investigações apontam como sendo produto do acúmulo de materiais orgânicos e minerais intencionalmente empreendidos pelos povos daquela época. Ainda hoje muito procurados e valorizados, os sítios de Terra Preta são como um precursor da agrofloresta em povos que aqui viviam antes da era cabralina. É um exemplo ancestral da natureza como Agência. Na relação humano e não humano, os dois lados se beneficiaram com o alinhamento de afinidades naturais.

Considerações finais

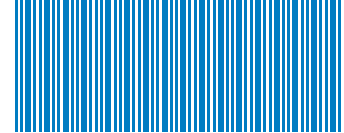
O ponto de vista que aqui argumentei pretende contribuir para um impulso à discussão de ser necessário repensarmos o emprego de certas palavras no ensino técnico e profissional, médio e universitário, visando estabelecer um novo conjunto de palavras que animem ações de pesquisa e prática para efetivar os princípios do desenvolvimento de uma nova economia, sustentável e inclusiva, de novos padrões de comportamento frente à Natureza. Afinal certas palavras técnicas carregadas de sentidos de controle e dominação, ilustradas no exemplo de “recurso”, são os veículos do modo pensante hegemônico em sua tomada de decisão e de seus agentes.

Uma outra estratégia possível a partir deste caminho proposto é entender e aprender com os povos originários sua relação com a Natureza (NEVES, 2022). Ao modo branco-europeu de pensar o mundo, este aprendizado pode ser iniciado com a mudança de alguns sentidos em que utilizamos a linguagem, e creio que estaríamos mais próximos do que os povos indígenas nos demonstram com suas ações, se trocássemos “recurso” por “agência”. Talvez possa vir a ser uma estratégia viável para aderirmos e absorvermos o conhecimento dos povos ancestrais, considerando que assimilar todo seu pensamento e cultura voltados à Natureza me parece fora de questão realizar em curto ou médio prazo. Em certa medida, quando tomamos ciência das ações indígenas em diálogo com a Natureza em seus rituais, pedindo permissão para dela obter seu sustento, é uma inspiração para dessa atitude nos aproximarmos, ensinando e aprendendo a ver a Natureza como agente, uma companheira para a vida e bem-estar da Humanidade.



REFERÊNCIAS

- ARONSON, Elliot. **O Anima Social** – Introdução ao Estudo do Comportamento Humano. São Paulo: IBRASA, 1986.
- BULGÁKOV, Mikhail. **O mestre e margarida**. São Paulo: Editora 34, 2018.
- BURKE, Kenneth. **Language as symbolic action: essays on life, literature, and method** Berkeley: University of California Press, 1966.
- EAGLETON, Terry. **A ideia de Cultura**, 2ª.ed. São Paulo: UNESP, 2011
- EISENHARDT, K.M. Agency Theory: an assessment and review. **The Academy of Management Review**, v.14, n. 1, pp. 57-74, Jan.1989.
- FREEMAN, E.R.; HARRISON, J.S.; WICKS, A.C.; PARMAR, B.L. & COLLE, S. **Stakeholder theory: the state of the art**. New York: Cambridge Press, 2010.
- FREZATTI, F.; ROCHA, W.; NASCIMENTO, A.R.; JUNQUEIRA, E. **Controle Gerencial: uma abordagem da contabilidade gerencial no contexto econômico, comportamental e sociológico**. São Paulo: Atlas, 2009
- GOETHE, Johann Wolfgang von. **Fausto** / Goethe; tradução de Jenny Klabin Segall; 2. Ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1987.
- GUATTARI, Félix. **As três ecologias**. Campinas: Papirus, 1990.
- HUME, David. Investigação Acerca do Entendimento Humano. In **Coleção Os Pensadores**, Hume. São Paulo: Editora Nova Cultural,1996.
- IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa < www.ibgc.org.br/conhecimento/governanca-corporativa>. Acesso em 20 de agosto de 2024.
- KANT, Immanuel. Crítica da Razão Pura. **Coleção Os Pensadores**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- KERFERD, G.B. **O Movimento Sofista**. São Paulo: Edições Loyola, 2003.



LÉVI-STRAUSS, Claude. **Tristes Trópicos**. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 1996.

MANCUSO, Stefano. **Revolução das Plantas** – um novo modelo para o futuro. São Paulo: UBU, 2019

MARQUES, Luiz. **O Decênio Decisivo**. São Paulo: Elefante, 2023

MEILLET, Antoine. **Como as palavras mudam de sentido**. São Paulo: Edusp, 2016.

NEVES, Eduardo G. **Sob os tempos do Equinócio** – oito mil anos de história na Amazônia Central. São Paulo: Edusp/UBU, 2022.

NORDHAUS, William D. Reflections on the Economics of Climate Change. In **Journal of Economic Perspectives**, vol7, n.4, 1993.

ODUM, E.; BARRETT, G. **Fundamentos da Ecologia**. São Paulo: Cengage, 2007

PARSONS, Talcott. **The social system**. Londres: Tavistock Publications, 1952.

PIMENTA, Pedro P. **A trama da Natureza**. São Paulo: UNESP, 2018

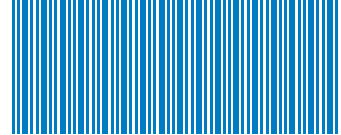
PINKER, Steven. **O Novo Iluminismo**: em defesa da razão, da ciência e do humanismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. São Paulo: Edusp, 2008.

SINGER, Peter. **Libertação Animal**. São Paulo: WWF Martins Fontes, 2013.

SNYDER, Timothy. **Na contramão da liberdade**: a guinada autoritária nas democracias contemporâneas. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

TORRES JR., Alvaír Silveira. **Retórica das ações**: o outro lado da Torre de Babel, a comunicação organizacional como drama de ações com significado. São Bernardo do Campo:



Universidade Metodista de São Paulo, tese de doutorado, 2000.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **Metafísicas Canibais**. São Paulo: UBU, 2018

Submetido em: 11/06/2024

Aceito em: 29/08/2024

